

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida de acordo com a legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de março de 2013



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.306	268.131	68.126	431.943	Fornecedores	3.881	3.200	45.159	32.184	
Títulos e valores mobiliários - vinculados	6	-	-	28.498	30.106	Empréstimos e financiamentos	17	-	-	187.893	146.406
Clientes	7	-	-	93.859	66.325	Arrendamento mercantil financeiro	18	-	-	248	900
Tributos a recuperar	8	12.715	9.663	13.583	10.374	Debêntures	19	7.082	191.589	170.586	366.008
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	9	151.903	203.327	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	852	824	17.115	14.196
Despesas antecipadas		1	-	4.369	4.062	Obrigações sociais e trabalhistas	21	8.322	5.776	21.411	14.243
Partes relacionadas - clientes	20	9.770	-	-	-	Partes relacionadas - fornecedores	20	16	-	5.179	1.790
Outros créditos		550	193	10.232	5.757	Credor pela concessão	22	-	-	18.158	17.082
Total do ativo circulante		183.245	481.314	218.667	548.567	Provisão para imposto de renda e contribuição social	15	-	-	18.747	16.846
						Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	26.d)	1.722	132.638	1.722	132.638
NÃO CIRCULANTE						Provisão para manutenção	23	-	-	63.531	24.854
Títulos e valores mobiliários - vinculados	6	-	-	50.074	37.201	Provisão para construção de obras futuras	24	-	-	2.141	12.527
Tributos diferidos	15.a)	-	-	50.005	20.329	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	228	273
Outras contas a receber	11	-	-	20.574	18.610	Outras contas a pagar		974	1.885	30.290	21.249
Partes relacionadas - mútuo e clientes	20	115.237	214.926	878	68.910	Total do passivo circulante		22.849	335.912	582.408	801.196
Despesas antecipadas		-	-	340	-						
Depósitos judiciais	10	-	-	13.283	6.640	NÃO CIRCULANTE					
Investimentos	12	1.258.369	718.064	-	-	Empréstimos e financiamentos	17	-	-	118.333	112.481
Imobilizado	13	17.807	12.953	122.680	89.285	Debêntures	19	790.453	248.539	1.273.003	822.306
Intangível	14	15.130	14.542	2.528.261	1.974.603	Arrendamento mercantil financeiro	18	-	-	-	190
Total do ativo não circulante		1.406.543	960.485	2.786.095	2.215.578	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	605	662
						Credor pela concessão	22	-	-	50.321	55.099
						Tributos diferidos	15.a)	6	-	20.658	21.354
						Partes relacionadas - fornecedores	20	365	7	38	-
						Provisão para manutenção	23	-	-	115.131	58.563
						Provisão para construção de obras futuras	24	-	-	10.040	1.929
						Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	25	-	-	38.364	26.710
						Outras contas a pagar		-	-	16.541	3.272
						Total do passivo não circulante		790.824	248.546	1.643.034	1.102.566
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	26.a)	696.715	391.283	696.715	391.283
						Reserva de lucros - legal	26.c)	56.713	34.892	56.713	34.892
						Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	26.d)	22.254	431.055	22.254	431.055
						Reserva de capital - plano de opção com base em ações	26.f)	433	111	433	111
						Atribuído à participação dos acionistas controladores		776.115	857.341	776.115	857.341
						Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas	26.e)	-	-	3.205	3.042
						Total do patrimônio líquido		776.115	857.341	779.320	860.383
TOTAL DO ATIVO		1.589.788	1.441.799	3.004.762	2.764.145	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.589.788	1.441.799	3.004.762	2.764.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA LÍQUIDA	28	109.373	103.782	1.719.427	1.372.706
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	29	(64.011)	(52.504)	(785.703)	(592.648)
LUCRO BRUTO		<u>45.362</u>	<u>51.278</u>	<u>933.724</u>	<u>780.058</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	29	-	-	(89.047)	(54.717)
Amortização de ágio de investimentos		(4.772)	(4.544)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	12	436.451	357.658	-	-
Outras despesas, líquidas		<u>(11)</u>	<u>(4)</u>	<u>(154)</u>	<u>(269)</u>
		<u>431.668</u>	<u>353.110</u>	<u>(89.201)</u>	<u>(54.986)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>477.030</u>	<u>404.388</u>	<u>844.523</u>	<u>725.072</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	30	31.185	48.599	36.394	68.232
Despesas financeiras	30	<u>(71.015)</u>	<u>(76.389)</u>	<u>(224.047)</u>	<u>(237.778)</u>
		<u>(39.830)</u>	<u>(27.790)</u>	<u>(187.653)</u>	<u>(169.546)</u>
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>437.200</u>	<u>376.598</u>	<u>656.870</u>	<u>555.526</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	15.b)	(763)	(5.823)	(201.322)	(167.305)
Diferidos	15.b)	<u>(6)</u>	<u>(1.742)</u>	<u>(13.850)</u>	<u>(14.639)</u>
		<u>(769)</u>	<u>(7.565)</u>	<u>(215.172)</u>	<u>(181.944)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>436.431</u>	<u>369.033</u>	<u>441.698</u>	<u>373.582</u>
ATRIBUÍVEL A					
Participação dos acionistas controladores		-	-	436.431	369.033
Participação dos acionistas não controladores		-	-	5.267	4.549
		<u>436.431</u>	<u>369.033</u>	<u>441.698</u>	<u>373.582</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO	31	<u>0,63</u>	<u>0,94</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	436.431	369.033	441.698	373.582
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>436.431</u>	<u>369.033</u>	<u>441.698</u>	<u>373.582</u>
ATRIBUÍDO A				
Acionistas da Companhia			<u>436.431</u>	<u>369.033</u>
Outros acionistas que não da Companhia			<u>5.267</u>	<u>4.549</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital Plano de opção com base em ações	Reservas de lucros Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores (BR GAAP)	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado (IFRS e BR GAAP)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		391.283	-	16.440	171.788	-	579.511	6.664	586.175
Plano de opção com base em ações	26.f)	-	111	-	-	-	111	-	111
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	369.033	369.033	4.549	373.582
Destinação do lucro:									
Reserva legal	26.c)	-	-	18.452	-	(18.452)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,06 por ação)	26.d)	-	-	-	-	(24.463)	(24.463)	(8.171)	(32.634)
Dividendos propostos (R\$0,17 por ação)	26.d)	-	-	-	-	(66.851)	(66.851)	-	(66.851)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,66 por ação)	26.d)	-	-	-	259.267	(259.267)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		391.283	111	34.892	431.055	-	857.341	3.042	860.383
Aporte de capital por investimento da Ecocataratas	4.b)	305.432	-	-	-	-	305.432	-	305.432
Plano de opção com base em ações	26.f)	-	322	-	-	-	322	-	322
Dividendos distribuídos (R\$0,62 por ação)		-	-	-	(431.055)	-	(431.055)	-	(431.055)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	436.431	436.431	5.267	441.698
Destinação do lucro:									
Reserva legal	26.c)	-	-	21.821	-	(21.821)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,04 por ação)	26.d)	-	-	-	-	(24.612)	(24.612)	(5.104)	(29.716)
Dividendos propostos (R\$0,53 por ação)	26.d)	-	-	-	-	(367.744)	(367.744)	-	(367.744)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,03 por ação)	26.d)	-	-	-	22.254	(22.254)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		696.715	433	56.713	22.254	-	776.115	3.205	779.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	437.200	376.598	656.870	555.526
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	6.867	5.391	156.014	106.734
Amortização de ágio em investimentos	4.772	4.544	-	-
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	67.871	75.990	195.058	210.234
Variação monetária sobre credor pela concessão	-	-	9.813	9.548
Receita sobre títulos e valores mobiliários	-	-	(3.954)	(1.673)
Resultado de equivalência patrimonial	(436.451)	(357.658)	-	-
Perda/baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	894	382	2.798	3.207
Tributos diferidos	-	-	221	294
Constituição de provisão para manutenção e provisão para construção de obras futuras, líquida	-	-	69.964	47.877
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	-	-	10.534	8.335
Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	-	-	14.190	15.606
Juros sobre contrato de mútuo	(14.253)	(27.376)	(1.220)	(12.277)
Plano de opção com base em ações	322	111	322	111
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Clientes	-	-	(19.645)	(11.886)
Tributos a recuperar	(3.052)	(2.111)	(2.996)	(2.483)
Despesas antecipadas	(1)	-	603	571
Outros créditos, depósitos judiciais e outras contas a receber	(357)	(108)	(10.667)	(23.695)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	681	1.476	7.975	8.020
Obrigações sociais e trabalhistas	2.546	1.266	5.251	1.929
Partes relacionadas - fornecedores	-	-	-	1.669
Impostos, taxas e contribuições a recolher	28	(1.861)	852	(70)
Outras contas a pagar	(911)	1.107	21.030	(3.506)
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	(8.039)	(12.851)
Pagamento de provisão para manutenção e de construção de obras	-	-	(79.627)	(42.378)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(763)	(5.823)	(200.986)	(164.785)
Juros pagos	(73.226)	(69.820)	(210.929)	(159.464)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(7.833)	2.108	613.432	534.593
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Dividendos recebidos	248.532	262.036	-	791
Aquisição de imobilizado e intangível	(13.203)	(17.079)	(335.644)	(221.184)
Partes relacionadas - mútuo	104.244	30.350	2.964	48.749
Acionistas não controladores	-	-	(5.104)	(8.171)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	339.573	275.307	(337.784)	(179.815)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Títulos e valores mobiliários	-	-	(7.311)	(35.834)
Credor pela concessão	-	-	(13.515)	(12.004)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-	-	(102)	654
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	778.462	-	855.371	533.252
Efeito do caixa e equivalentes de caixa de controladas recebido em aumento de capital - Ecocataratas	-	-	18.912	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(415.700)	(184.300)	(537.950)	(652.972)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(954.327)	(8.796)	(954.870)	(8.797)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(591.565)	(193.096)	(639.465)	(175.701)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(259.825)	84.319	(363.817)	179.077
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	268.131	183.812	431.943	252.866
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.306	268.131	68.126	431.943
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(259.825)	84.319	(363.817)	179.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS				
Com arrecadação de pedágio	-	-	1.511.504	1.190.389
Com construção	-	-	290.009	192.998
Outras receitas	123.428	119.284	66.812	76.275
	<u>123.428</u>	<u>119.284</u>	<u>1.868.325</u>	<u>1.459.662</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados	(16.459)	(14.194)	(542.563)	(415.328)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.772)	(4.544)	(44.975)	(28.156)
	<u>(21.231)</u>	<u>(18.738)</u>	<u>(587.538)</u>	<u>(443.484)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>102.197</u>	<u>100.546</u>	<u>1.280.787</u>	<u>1.016.178</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(6.867)	(5.391)	(156.015)	(106.734)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>95.330</u>	<u>95.155</u>	<u>1.124.772</u>	<u>909.444</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	31.185	48.599	36.394	68.232
Equivalência patrimonial	436.451	357.658	-	-
	<u>467.636</u>	<u>406.257</u>	<u>36.394</u>	<u>68.232</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>562.966</u>	<u>501.412</u>	<u>1.161.166</u>	<u>977.676</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>562.966</u>	<u>501.412</u>	<u>1.161.166</u>	<u>977.676</u>
Pessoal	<u>40.696</u>	<u>32.858</u>	<u>131.351</u>	<u>96.883</u>
Remuneração direta	35.401	28.528	108.479	79.756
Benefícios	3.571	2.850	17.963	13.195
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.724	1.480	4.909	3.932
Impostos, taxas e contribuições	<u>14.824</u>	<u>23.033</u>	<u>364.070</u>	<u>269.286</u>
Federais	12.362	20.646	284.011	240.561
Municipais	2.462	2.387	80.059	28.725
Remuneração de capitais de terceiros	<u>71.015</u>	<u>76.488</u>	<u>224.047</u>	<u>237.925</u>
Juros	43.908	64.392	129.944	159.799
Outros	27.107	12.096	94.103	78.126
Remuneração de capitais próprios	<u>436.431</u>	<u>369.033</u>	<u>441.698</u>	<u>373.582</u>
Juros sobre o capital próprio pagos	24.612	24.463	24.612	24.463
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	5.267	4.549
Dividendos intermediários pagos	367.744	66.851	367.744	66.851
Reserva legal	21.821	18.452	21.821	18.452
Reserva para dividendos	22.254	259.267	22.254	259.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Ecoporto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Mediante a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), os seguintes serviços passaram a ser prestados: prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas na Bolsa de Valores.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

Insuficiência de capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui capital circulante líquido consolidado negativo de R\$363.741. A Administração da sua controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. possui linhas de créditos disponíveis suficientes para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.
- b) As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais - R\$, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.5. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

a) Investimentos em empresas controladas (controladora)

Nas demonstrações financeiras individuais (controladora), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Investimentos em empresas controladas (consolidado)

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha em substância o controle de outras empresas constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e da demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na rubrica “Participação dos acionistas não controladores”.

2.6. Ágio (ativo de vida útil indefinida)

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, da Companhia desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é alocada, primeiramente, para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

2.7. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.

- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Companhia, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.
- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método da taxa efetiva de juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o exercício. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja performance seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.

- Forem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.8. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e as máquinas e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.9. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.10. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente os ativos imobilizado e os intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

2.11. Passivos financeiros

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil, empréstimos e financiamentos, debêntures e credor pela concessão (vide notas explicativas nº 17, nº 18, nº 19 e nº 22). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim de cada exercício.

2.12. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.13. Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada sobre o resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes até a data do balanço.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido (“tributo diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporais tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporais dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporais dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporais resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

- c) As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, que são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

2.14. Provisões

- a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 25.

- b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A parcela significativa do contas a receber refere-se à parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamento “Sem Parar”, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

- c) Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto, para liquidar a obrigação presente no fim de cada exercício, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

2.15. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.16. Benefícios a empregados - plano de opção com base em ações

A Companhia e suas controladas oferecem a seus empregados plano de opção com base em ações e recebem os serviços como contraprestações. O plano de opção com base em ações será liquidado com as ações da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O plano de opção com base em ações para empregados é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Vide nota explicativa nº 26.f).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que será adquirida. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de capital - plano de opção com base em ações”, que registrou o benefício aos empregados.

2.17. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como receitas antecipadas, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação e serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.18. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos, financiamentos, debêntures, credor pela concessão e provisão para manutenção.

2.19. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.20. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

2.21. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - de acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser apresentado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.
- Modificações à IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.
- Modificações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação dessas IFRSs pela primeira vez.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas - reflete as modificações na contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata, principalmente, da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” - as alterações tiveram como objetivo esclarecer procedimentos na aplicação dos testes de “impairment” em coligadas e “joint ventures”.
- Modificações às IFRSs - as melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:
 - a) Alterações à IAS 16 - Imobilizado - as alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, os equipamentos-reserva e os equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado, conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16, e, de outra forma, como estoque.

- b) Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014:

- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

- Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC:

CPC 19 (R2)	Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11)
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada)
CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10)
CPC 45	Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12)
CPC 46	Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13)

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs emitidas pelo IASB determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção, como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 35.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão, nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, aos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e à empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer face às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

- b) Credores pela concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 22.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e as participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, a detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas consolidadas:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Controladas diretas:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	90%	90%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (vide nota explicativa nº 4.b))	100%	-

As atividades das controladas diretas são como segue:

a) Controladas diretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia Caminho do Mar”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. Tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
- A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná.

b) Reestruturação societária

Em 30 de março de 2012, a participação da controladora na Ecocataratas foi contribuída ao capital da Companhia, com base nos saldos contábeis em 29 de fevereiro de 2012, conforme a seguir:

	<u>R\$</u>
<u>ATIVO</u>	
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	18.912
Clientes	7.889
Tributos a recuperar	213
Despesas antecipadas	860
Outros créditos	<u>285</u>
Total do ativo circulante	<u>28.159</u>
NÃO CIRCULANTE	
Tributos diferidos	44.827
Despesas antecipadas	391
Depósitos judiciais	2.130
Imobilizado	12.402
Intangível	<u>397.819</u>
Total do ativo não circulante	<u>457.569</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>485.728</u></u>

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CIRCULANTE

Arrendamento mercantil financeiro	202
Fornecedores	5.000
Obrigações sociais e trabalhistas	1.917
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.067
Provisão para manutenção	20.142
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.564
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	544
Outras contas a pagar	<u>1.274</u>
Total do passivo circulante	<u>32.710</u>

NÃO CIRCULANTE

Arrendamento mercantil financeiro	20
Partes relacionadas - mútuo	69.715
Provisão para manutenção	71.957
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5.503
Tributos diferidos	384
Outras contas a pagar	<u>7</u>
Total do passivo não circulante	<u>147.586</u>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

305.432

Porcentagem de participação detida pela controladora 100,00%

SALDO DO INVESTIMENTO DA CONTROLADORA NA
ECOCATARATAS305.432

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	43	5.057	24.267	26.354
Aplicações financeiras:				
Fundo exclusivo (a)	7.892	229.441	15.581	229.441
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	<u>371</u>	<u>33.633</u>	<u>28.278</u>	<u>176.148</u>
	<u>8.306</u>	<u>268.131</u>	<u>68.126</u>	<u>431.943</u>

- (a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e a Companhia possui o direito de resgate imediato sem o risco de mudança significativa do valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 62,5% em CDB, 2,9% em títulos públicos federais, 33,0% em compromissada e 1,6% em Letras Financeiras - LF.

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 80,0% e 102,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis no fim do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2012, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$3.547 (R\$5.047 em 31 de dezembro de 2011).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CDB (a)	66.722	67.307
Poupança (b)	<u>11.850</u>	<u>-</u>
	<u>78.572</u>	<u>67.307</u>
Circulante	<u>28.498</u>	<u>30.106</u>
Não circulante	<u>50.074</u>	<u>37.201</u>

- a) Os CDBs são remunerados a taxas que variam entre 98,0% e 106,6% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 19).
- b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA; os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

7. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pedágio eletrônico - partes relacionadas (*)	70.367	55.167
Pedágio eletrônico - outros	14.855	3.192
Cupons de pedágio	4.324	4.104
Locações/arrendamento de área	2.054	2.268
Cargas especiais	207	2
Arrendamento fibra óptica/faixa de domínio	1.478	857
Painéis publicitários	55	161
Outras contas a receber	<u>519</u>	<u>574</u>
	<u>93.859</u>	<u>66.325</u>

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". Vide nota explicativa nº 20.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
A vencer	93.822	66.307
Vencidos:		
Até 30 dias	37	17
De 31 a 60 dias	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>95.859</u>	<u>66.325</u>

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12.715	9.550	13.497	10.062
Outros	<u>-</u>	<u>113</u>	<u>86</u>	<u>312</u>
	<u>12.715</u>	<u>9.663</u>	<u>13.583</u>	<u>10.374</u>

9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA (BR GAAP)

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui R\$160.706 (R\$203.327 em 31 de dezembro de 2011) referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, conforme segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - dividendos e juros sobre o capital próprio	129.573	196.653
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - juros sobre o capital próprio	74	81
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	8.771	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - dividendos	<u>13.485</u>	<u>6.593</u>
	<u>151.903</u>	<u>203.327</u>

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Propostos</u>	<u>Recebidos</u>	<u>31/12/2012</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	196.653	69.831	(136.911)	129.573
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	81	65.635	(65.642)	74
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	-	45.979	(45.979)	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	-	8.771	-	8.771
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	<u>6.593</u>	<u>6.892</u>	<u>-</u>	<u>13.485</u>
	<u>203.327</u>	<u>197.108</u>	<u>(248.532)</u>	<u>151.903</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldos iniciais	6.640	4.072
Reestruturação societária (*)	2.130	-
Adições	17.823	3.811
Baixas	(14.730)	(2.735)
Atualização monetária	<u>1.420</u>	<u>1.492</u>
Saldos finais	<u>13.283</u>	<u>6.640</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b).

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O saldo de R\$20.574 (R\$18.610 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a valores de seguros a receber provenientes das chuvas que ocorreram na região do litoral do Estado do Paraná, especialmente nos municípios de Morretes, Antonina e Paranaguá, causando danos de elevada monta a estes e ao seu entorno. A Rodovia BR-277 em seu segmento compreendido entre o km 41, região da Serra do Mar, e o km 8, acesso ao município de Paranaguá, o qual está inserido no trecho concessionado, sofreu danos de médio a elevado portes, incluindo a perda total das pontes sobre os rios Jacaré, km 18,1, e Sagrado I, km 24,2. A Companhia, conforme estipulado no contrato de concessão, mantém apólice de seguro a fim de garantir o ressarcimento dos valores despendidos na recuperação da infraestrutura rodoviária e manter a circulação de seus usuários. Esses valores estão em processo de regulação pela companhia seguradora.

12. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA (BR GAAP)

	Valores das investidas 31/12/2012		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	569.470	266.768	100%	100%	569.470	372.483	266.768	242.718
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	26.263	63.148	100%	100%	26.263	28.696	63.148	53.447
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	235.133	29.018	100%	100%	235.133	212.945	29.018	20.548
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (*)	326.861	36.929	100%	-	326.860	-	30.113	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	32.049	52.671	90%	90%	28.849	27.374	47.404	40.945
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	-	-	-	<u>71.794</u>	<u>76.566</u>	-	-
					<u>1.258.369</u>	<u>718.064</u>	<u>436.451</u>	<u>357.658</u>

(*) Refere-se à equivalência patrimonial do período de 1º de março a 31 de dezembro de 2012, decorrente da operação descrita na nota explicativa nº 4.b).

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está apresentada a seguir:

	31/12/2010	Dividendos e JSCP	Amortização de ágio (b)	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2011
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	447.873	(318.139)	-	31	242.718	372.483
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	41.630	(66.381)	-	-	53.447	28.696
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	198.938	(6.593)	-	52	20.548	212.945
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	59.973	(73.572)	-	28	40.945	27.374
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	<u>81.110</u>	<u>-</u>	<u>(4.544)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>76.566</u>
	<u>829.524</u>	<u>(464.685)</u>	<u>(4.544)</u>	<u>111</u>	<u>357.658</u>	<u>718.064</u>

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	31/12/2011	Reestruturação societária (a)	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de ágio (b)	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2012
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	372.483	-	(69.831)	-	50	266.768	569.470
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	28.696	-	(65.635)	-	54	63.148	26.263
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	212.945	-	(6.892)	-	62	29.018	235.133
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	27.374	-	(45.979)	-	50	47.404	28.849
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	-	305.432	(8.771)	-	86	30.113	326.860
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	<u>76.566</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.772)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>71.794</u>
	<u>718.064</u>	<u>305.432</u>	<u>(197.108)</u>	<u>(4.772)</u>	<u>302</u>	<u>436.451</u>	<u>1.258.369</u>

(a) Vide nota explicativa nº 4.b).

(b) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização em 31 de dezembro de 2012, em média, foram de 5,17% ao ano (4,87% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

Os principais saldos das controladas (totais de ativos, passivos, receitas e lucro do exercício) estão apresentados na nota explicativa nº 40.

13. IMOBILIZADO

a) Controladora (BR GAAP)

	Hardware e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	944	140	432	300	99	529	2.444
Adições	1.068	189	93	1.405	3.030	522	6.307
Baixas	(5)	-	-	-	-	(377)	(382)
Transferências	-	-	-	-	5.292	-	5.292
Depreciações	<u>(431)</u>	<u>(47)</u>	<u>(66)</u>	<u>-</u>	<u>(143)</u>	<u>(21)</u>	<u>(708)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>1.576</u>	<u>282</u>	<u>459</u>	<u>1.705</u>	<u>8.278</u>	<u>653</u>	<u>12.953</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,0	10,0	

	Hardware e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.576	282	459	1.705	8.278	653	12.953
Adições	2.161	270	68	610	27	1.166	4.302
Baixas	-	-	-	(421)	-	(473)	(894)
Transferências	3.237	-	-	-	-	-	3.237
Depreciações	(1.234)	(67)	(78)	-	(341)	(71)	(1.791)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>5.740</u>	<u>485</u>	<u>449</u>	<u>1.894</u>	<u>7.964</u>	<u>1.275</u>	<u>17.807</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,0	10,0	

b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	37.310	6.665	4.370	3.661	8.930	11.725	72.661
Adições	17.852	2.003	766	1.405	3.058	3.123	28.207
Baixas	(7)	(6)	(5)	-	-	(960)	(978)
Transferências	15	-	14	-	5.292	-	5.321
Depreciações	(11.716)	(1.510)	(616)	-	(977)	(1.107)	(15.926)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>43.454</u>	<u>7.152</u>	<u>4.529</u>	<u>5.066</u>	<u>16.303</u>	<u>12.781</u>	<u>89.285</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	15,5	10,0	10,0	-	5,5	10,0	

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	43.454	7.152	4.529	5.066	16.303	12.781	89.285
Reestruturação societária (*)	2.751	1.059	645	-	3.515	4.432	12.402
Adições	18.179	3.490	860	609	138	21.974	45.250
Baixas	(2)	(21)	(8)	(420)	-	(1.170)	(1.621)
Transferências	3.593	(178)	118	-	152	(1.546)	2.139
Depreciações	(18.138)	(1.840)	(733)	-	(1.502)	(2.562)	(24.775)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>49.837</u>	<u>9.662</u>	<u>5.411</u>	<u>5.255</u>	<u>18.606</u>	<u>33.909</u>	<u>122.680</u>
Taxas anuais médias de depreciação - %	15,5	10,0	10,0	-	5,5	10,0	

(*) Vide nota explicativa nº 4.b).

Em 31 de dezembro de 2012, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures e do arrendamento mercantil financeiro (vide notas explicativas nº 18 e nº 19) ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram capitalizados encargos financeiros de R\$1.213 (R\$1.150 em 31 de dezembro de 2011).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

14. INTANGÍVEL

a) Controladora (BR GAAP)

	<u>Software em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	619	13.126	13.745
Adições	5.774	4.998	10.772
Transferências	(5.292)	-	(5.292)
Amortizações	<u>-</u>	<u>(4.683)</u>	<u>(4.683)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>1.101</u>	<u>13.441</u>	<u>14.542</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	-	20%	

	<u>Software em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.101	13.441	14.542
Adições	2.905	5.996	8.901
Transferências	(3.237)	-	(3.237)
Amortizações	<u>-</u>	<u>(5.076)</u>	<u>(5.076)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>769</u>	<u>14.361</u>	<u>15.130</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	-	20%	

b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Obras e softwares em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.863.511	1.410	15.061	2	1.879.984
Adições	156.093	31.477	5.407	-	192.977
Baixas	(824)	(1.403)	-	(2)	(2.229)
Transferências	20.839	(26.160)	-	-	(5.321)
Amortização	<u>(85.542)</u>	<u>-</u>	<u>(5.266)</u>	<u>-</u>	<u>(90.808)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>1.954.077</u>	<u>5.324</u>	<u>15.202</u>	<u>-</u>	<u>1.974.603</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(b)	-	20,0	-	

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Obras e softwares em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.954.077	5.324	15.202	-	1.974.603
Reestruturação societária					
(a)	397.354	303	153	9	397.819
Adições	260.670	22.063	7.661	-	290.394
Baixas	(820)	(357)	-	-	(1.177)
Transferências	(6.433)	4.299	(5)	-	(2.139)
Amortização	(125.474)	-	(5.765)	-	(131.239)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>2.479.374</u>	<u>31.632</u>	<u>17.246</u>	<u>9</u>	<u>2.528.261</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(b)		20,0	-	

(a) Vide nota explicativa nº 4.b).

(b) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização em 31 de dezembro de 2012, em média, foram de 5,17% (4,87% em 31 de dezembro de 2011).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado	
	(BR GAAP)	(IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	38.364	26.709
Juros capitalizados	(19)	(6.963)	(4.176)
Efeitos da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	34.698	(41.994)
Ajuste a valor presente sobre o credor pela concessão	-	5.367	4.359
Amortização de ágio de investimento - Ecosul	-	13.772	12.324
Outros	-	<u>1.076</u>	<u>(237)</u>
	(19)	86.314	(3.015)
	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	(6)	29.347	(1.025)
Ativo diferido	-	50.005	20.329
Passivo diferido	(6)	(20.658)	(21.354)
		<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2012		-	1.627
2013		4.053	1.627
2014		4.053	1.627
2015		4.053	1.627
2016		4.053	1.627
Após 2016		<u>33.793</u>	<u>12.194</u>
		<u>50.005</u>	<u>20.329</u>

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	437.200	376.598	656.870	555.526
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(148.648)	(128.043)	(223.336)	(188.879)
Equivalência patrimonial	148.393	121.604	-	-
Juros sobre o capital próprio	8.368	8.317	8.368	8.317
Imposto de renda e contribuição social sobre as adições permanentes	<u>(8.882)</u>	<u>(9.443)</u>	<u>(204)</u>	<u>(1.382)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u><u>(769)</u></u>	<u><u>(7.565)</u></u>	<u><u>(215.172)</u></u>	<u><u>(181.944)</u></u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(763)	(5.823)	(201.322)	(167.305)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(6)	(1.742)	(13.850)	(14.639)

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Impostos sobre faturamento:				
ISS	98	100	7.245	5.815
Cofins	417	446	4.820	3.914
PIS	91	97	1.045	848
ISS na fonte	9	9	1.001	846
INSS na fonte	25	29	1.276	1.166
IRRF	53	42	363	599
Outros impostos	<u>159</u>	<u>101</u>	<u>1.365</u>	<u>1.008</u>
	<u>852</u>	<u>824</u>	<u>17.115</u>	<u>14.196</u>

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2012	31/12/2011
Em moeda nacional:				
Capital de giro (b)	Outubro de 2013	109% do CDI	80.567	80.883
Capital de giro (c)	Novembro de 2013	107,7% do CDI	35.312	6.213
Capital de giro (b)	Novembro de 2013	110,2% do CDI	-	35.461
Capital de giro (a)	Junho de 2023	TJLP + 2,45% a.a.	114.601	96.765
Capital de giro (d)	Outubro de 2014	CDI + 2,032% a.a.	26.544	39.565
Capital de giro (c)	Dezembro de 2013	112,5% do CDI	48.215	-
Finame (e)	Mai de 2017	TJLP + 2,83% a.a.	987	-
			<u>306.226</u>	<u>258.887</u>
Circulante			<u>187.893</u>	<u>146.406</u>
Não circulante			<u>118.333</u>	<u>112.481</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	22.274
2014	26.481	22.541
2015	13.446	9.303
2016	13.446	9.303
2017	13.227	9.303
Posterior a 2018	<u>51.733</u>	<u>39.757</u>
	<u>118.333</u>	<u>112.481</u>

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	258.887	455.573
Adições	76.964	176.227
Encargo financeiro	23.368	20.371
Pagamento de juros	(32.260)	(16.979)
Pagamento do principal	<u>(20.733)</u>	<u>(376.305)</u>
Saldo final	<u>306.226</u>	<u>258.887</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- (a) Em fevereiro de 2011, a controlada direta Ecopistas firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito de R\$99.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a setembro de 2021, em 114 parcelas. Em garantia do empréstimo, a controlada direta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2012. O 2º subcrédito foi liberado em novembro de 2012 de R\$27.999, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2014 a junho de 2023, em 114 parcelas.

O empréstimo refere-se à captação para capital de giro pelas controladas Ecocataratas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Ecosul, a qual não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para os empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela Companhia e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

- (b) Em 11 de novembro de 2011, a controlada Ecovia celebrou contrato com o Banco do Brasil de Cédula de Crédito Bancário - CCB de R\$44.000 com a finalidade de capital de giro. A Ecovia através de um aditivo de contrato com o Banco Bradesco prorrogou o empréstimo de R\$35.000 para vencimento em outubro de 2013. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

- (c) Em 5 de dezembro de 2012 as controladas diretas Ecovia e Ecosul celebraram contrato com o Banco Itaú de CCB nos valores de R\$26.000 e R\$22.000, respectivamente, ambas com vencimento em dezembro de 2013 com a finalidade de capital de giro. Esses empréstimos não exigem manutenção de índices financeiros (“covenants”). Esta operação de empréstimo não apresenta garantias.
- (d) Em novembro de 2011, a controlada direta Ecosul celebrou contrato com o Banco do Brasil de R\$36.000 com a finalidade de capital de giro, sendo a Companhia sua avalista para vencimento em outubro de 2013.

Para o empréstimo da Ecosul é exigida a manutenção de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2012.

- (e) Em 30 de novembro de 2012, a controlada direta Ecocataratas celebrou dois contratos com o Banco do Brasil de Cédula de Abertura de Crédito Fixo, um de R\$648, em 36 parcelas com vencimento em maio de 2017 com a finalidade de aquisição de dois caminhões, e o outro de R\$553, em 36 parcelas com vencimento em abril de 2017 com a finalidade de aquisição dois guinchos. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros (“covenants”) e são garantidos por alienação dos bens objeto dos financiamentos.

18. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	246	892
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>-</u>	<u>191</u>
	246	1.083
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>2</u>	<u>7</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>248</u>	<u>1.090</u>
Circulante	<u>248</u>	<u>900</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>190</u>

A movimentação do saldo de arrendamento mercantil financeiro é conforme segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	1.090	1.915
Incorporação de empresas (*)	222	-
Encargos financeiros	119	240
Pagamento de juros	(100)	(236)
Pagamento do principal	<u>(1.083)</u>	<u>(829)</u>
Saldo final	<u>248</u>	<u>1.090</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b).

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Imobilizado”, refere-se a caminhões e apresenta valor residual de R\$1.278 em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.554 em 31 de dezembro de 2011).

Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irrevogáveis sujeitos a encargos de 16,71% ao ano e variação de encargos de 15,25% a 17,32%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorrerá em junho de 2013. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

19. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Principal corrigido	808.568	434.414	1.440.105	1.155.215
Remuneração (juros)	9.820	9.423	36.806	51.518
Custos com emissão de debêntures	<u>(20.853)</u>	<u>(3.709)</u>	<u>(33.322)</u>	<u>(18.419)</u>
	<u>797.535</u>	<u>440.128</u>	<u>1.443.589</u>	<u>1.188.314</u>
Circulante	<u>7.082</u>	<u>191.589</u>	<u>170.586</u>	<u>366.008</u>
Não circulante	<u>790.453</u>	<u>248.539</u>	<u>1.273.003</u>	<u>822.306</u>

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	440.128	618.258	1.188.314	1.059.753
Adições	778.462	-	778.407	357.025
Encargos financeiros	67.871	75.990	171.571	189.623
Pagamento de juros	(73.226)	(69.820)	(178.569)	(142.249)
Pagamento do principal	<u>(415.700)</u>	<u>(184.300)</u>	<u>(516.134)</u>	<u>(275.838)</u>
Saldo final	<u>797.535</u>	<u>440.128</u>	<u>1.443.589</u>	<u>1.188.314</u>

A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento referente à amortização do principal da primeira, segunda e terceira séries, dos juros da primeira, segunda e terceira séries e referente à atualização monetária da primeira, segunda e terceira séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

Em 29 de outubro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento da primeira emissão de debêntures referente aos juros e à amortização do principal e, em 20 de dezembro de 2012, efetuou o pagamento da segunda série da primeira emissão de debêntures e o pagamento da terceira série da primeira emissão de debêntures na mesma data.

A Companhia concluiu, em 23 de outubro de 2012, a segunda emissão de R\$800.000 em debêntures, sendo R\$240.000 referentes à primeira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2016 e vencimento final em 15 de outubro de 2018, R\$160.000 referentes à segunda série em duas parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2018 e vencimento final em 15 de outubro de 2019, e R\$400.000 referentes à terceira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2020 e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 0,79% ao ano, a segunda série tem remuneração vinculada ao IPCA, acrescido de 5% ao ano, e a terceira série tem remuneração vinculada ao IPCA, acrescido de 5,35% ao ano, as quais foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

O contrato referente à segunda emissão requer a manutenção de índices financeiros menores ou igual a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2012.

A controlada direta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses com vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

A controlada Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As quatro séries, ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, paga semestralmente, e foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco brAA+ da Standard & Poors.

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	Companhia	Ecovias dos Imigrantes	Ecopistas
Forma e conversibilidade	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	800.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10	R\$10	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2012	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$10,25 3ª série - R\$10,26	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$6,30 3ª série - R\$6,01	1ª série - R\$1.209,51 2ª série - R\$1.170,40 3ª série - R\$1.147,43 4ª série - R\$1.124,92
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% a.a. 2ª série - IPCA + 5,00% a.a. 3ª série - IPCA + 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/13 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas anuais (15/10/16 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/18 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/20 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor.	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação).
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário Garantias	Oliveira Trust DTVM S.A. Não aplicável	Oliveira Trust DTVM S.A. Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	Planner Trustee DTVM Ltda. Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusulas de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

[página intencionalmente deixada em branco]

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2012			31/12/2011		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2013	-	-	-	144.800	(1.034)	143.766
2014	-	(2.738)	(2.738)	52.649	(332)	52.317
2015	-	(2.738)	(2.738)	52.665	(209)	52.456
2016	79.992	(2.738)	77.254	-	-	-
A partir de 2017	<u>728.576</u>	<u>(9.901)</u>	<u>718.675</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>808.568</u>	<u>(18.115)</u>	<u>790.453</u>	<u>250.114</u>	<u>(1.575)</u>	<u>248.539</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2012			31/12/2011		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2013	-	-	-	307.315	(3.287)	304.028
2014	107.074	(4.377)	102.697	181.415	(1.966)	179.449
2015	17.929	(3.851)	14.078	88.412	(1.317)	87.095
2016	101.493	(3.851)	97.642	35.747	(1.108)	34.639
A partir de 2017	<u>1.074.832</u>	<u>(16.246)</u>	<u>1.058.586</u>	<u>223.417</u>	<u>(6.322)</u>	<u>217.095</u>
	<u>1.301.328</u>	<u>(28.325)</u>	<u>1.273.003</u>	<u>836.306</u>	<u>(14.000)</u>	<u>822.306</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecovias dos Imigrantes requer a manutenção dos índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada direta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue:

(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2012.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Companhia	Debêntures - 1ª série	31/12/12	240.000	(6.196)	233.824	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	31/12/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	31/12/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,84% + IPCA
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,97% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,91% + IPCA
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	<u>92.500</u>	<u>(3.167)</u>	<u>89.333</u>	IPCA + 8,25%	8,87% + IPCA
			<u>1.370.000</u>	<u>(39.280)</u>	<u>1.488.240</u>		

20. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	<u>Natureza</u>	<u>Controladora (BR GAAP)</u>	
		<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo:			
Circulante:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	2.926	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	371	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	4.722	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada	<u>1.751</u>	-
		<u>9.770</u>	-

	Natureza	Controladora (BR GAAP)	
		31/12/2012	31/12/2011
Não circulante:			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada (*)	31.800	66.590
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (l)	Controlada	159	2.411
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (l)	Controlada	131	356
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (h)	Controlada	3	8.619
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (l)	Controlada (*)	188	1.683
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (h)	Outras partes relacionadas	1	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (h)	Controlada	628	590
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	81.158	134.040
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	306	-
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	359	637
ELG-01 Participações Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	<u>503</u>	<u>-</u>
		115.237	214.926
Total do ativo		<u>125.007</u>	<u>214.926</u>
Passivo:			
Circulante-			
Contas a pagar-			
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. (h)	Outras partes relacionadas	<u>16</u>	<u>-</u>
Não circulante-			
Contas a pagar-			
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	306	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (h)	Controlada	1	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (h)	Controlada	<u>58</u>	<u>7</u>
		365	7
Total do passivo		<u>381</u>	<u>7</u>
Resultado:			
Receita:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	18.765	18.039
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (c)	Controlada	4.829	4.642
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	62.178	58.381
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada (*)	22.466	21.596
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	8.121	7.626
ELG-01 Participações Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	533	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (i)	Controlada	306	-
Elog. S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	274
Ecopátio Cubatão Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	1.359
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	<u>6.230</u>	<u>7.367</u>
		<u>123.428</u>	<u>119.284</u>

	Natureza	Controladora (BR GAAP)	
		31/12/2012	31/12/2011
Juros de mútuo:			
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	9.256	15.176
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada (*)	4.953	12.200
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (j)	Controlada	<u>44</u>	<u>-</u>
		14.253	27.376
Despesa-			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	<u>-</u>	<u>195</u>
Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Natureza	31/12/2012	31/12/2011
Ativo:			
Circulante-			
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (g)	Outras partes relacionadas	<u>70.367</u>	<u>55.167</u>
		70.367	55.167
Não circulante - mútuo-			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada (*)	-	66.590
Não circulante - contas a pagar e adiantamento a fornecedores:			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada (*)	-	1.683
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (h)	Outras partes relacionadas	17	-
ELG-01 Participações Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	502	-
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	<u>359</u>	<u>637</u>
		878	68.910
Intangível:			
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	1.087	313
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	5.631	-
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	14.574	17.021
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	<u>45.338</u>	<u>40.424</u>
		66.630	57.758
Total do ativo		<u>137.875</u>	<u>181.835</u>

(*) Controlada a partir de 30 de março de 2012 (vide nota explicativa nº 4.b), anteriormente classificada como outras partes relacionadas.

	Natureza	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2012	31/12/2011
Passivo:			
Circulante - contas a pagar:			
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	138	34
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	260
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	16	36
Tecondi Term. Cont. Mg. Direita S.A. (h)	Outras partes relacionadas	16	-
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	3.501	1.090
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	<u>1.508</u>	<u>370</u>
		<u>5.179</u>	<u>1.790</u>
Não circulante - contas a pagar-			
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora	38	-
		-	-
Total do passivo		<u>5.217</u>	<u>1.790</u>
Resultado-			
Receita:			
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	6.230	7.367
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada	3.744	21.596
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	-	12.200
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	274
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	1.359
ELG 01 Participações Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	<u>533</u>	<u>-</u>
		<u>10.507</u>	<u>42.796</u>
Despesa:			
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	19
STP - Serviços Tecnologia e Pagamentos (g)	Outras partes relacionadas	5.212	2.501
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Outras partes relacionadas	471	195
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	<u>268</u>
		<u>5.683</u>	<u>2.983</u>
Custo:			
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	240	380
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	606	670
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	<u>6.417</u>	<u>6.815</u>
		<u>7.263</u>	<u>7.322</u>

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- O valor de R\$81.158 (R\$134.040 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI com vencimento até 31 de março de 2013.
- O valor de R\$31.800 (R\$66.590 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a contrato de mútuo com a Ecocataratas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de dezembro de 2015.
- A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$123.235, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 31 de dezembro de 2012 é de R\$12.049.

- (d) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas à controladora EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e Impregilo SPA Sucursal Brasil, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias dos Imigrantes e contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$94.200. Deste total, foram incorridos R\$58.741 e há um saldo de R\$35.459 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia Caminho do Mar. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$2.346 e entre a Ecovia Caminho do Mar e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$14.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 31 de dezembro de 2012, há um saldo de R\$12.358 de serviços a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas da controladora direta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, sucursal Brasil, controladora indireta da EcoRodovias, prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico à Rodovias das Cataratas S.A., à Ecovia Caminho do Mar e às Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - Ecopistas. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia, a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$35.416, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de dezembro de 2012, há um saldo de R\$20.411 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (g) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. O saldo a receber de R\$72.075 tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (h) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (i) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- (j) Em 7 de novembro de 2012, a Companhia celebrou contrato de mútuo com sua controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, no valor de R\$7.184, com vencimento para 30 de novembro de 2012. O valor do principal foi corrigido à taxa de 108% do CDI. No vencimento o contrato foi prorrogado para 7 de dezembro de 2012, tendo nesta data o referido contrato sido quitado.
- (k) Refere-se ao aluguel de imóvel, onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento em 30 dias.
- (l) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas com suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, com o objetivo de ratear os custos e as despesas comuns à Companhia e às suas controladas na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato é de 1º de junho de 2012 a 22 de abril de 2013.

Remuneração dos administradores

As políticas de remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, assim como o pagamento, são fixadas e assumidas pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

21. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Salários e outras obrigações a pagar	3.588	1.858	9.512	4.874
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	785	452	1.883	1.246
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	83	174	387	441
IRRF a recolher	482	351	881	673
Contribuição Sindical a recolher	2	-	17	8
Provisão de férias	2.460	1.978	6.351	4.957
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	<u>922</u>	<u>963</u>	<u>2.380</u>	<u>2.044</u>
	<u>8.322</u>	<u>5.776</u>	<u>21.411</u>	<u>14.243</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

22. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Parcelas:		
Fixas	65.432	68.646
Variáveis	<u>3.047</u>	<u>3.535</u>
	<u>68.479</u>	<u>72.181</u>
Circulante	<u>18.158</u>	<u>17.082</u>
Não circulante	<u>50.321</u>	<u>55.099</u>

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de dezembro de 2012, restam 64 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 73,33% do total (68,33% em 31 de dezembro de 2011).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2012, todas as parcelas haviam sido quitadas.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e 1% na Ecosul.

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	-	12.477
2014	13.452	11.394
2015	12.285	10.406
2016	11.219	9.503
Posteriores a 2017	<u>13.365</u>	<u>11.319</u>
	<u>50.321</u>	<u>55.099</u>

A movimentação do credor pela concessão está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	72.181	74.637
Variação monetária sobre credor pela concessão	9.813	9.548
Pagamento do principal	(13.515)	(12.004)
Saldo final	<u>68.479</u>	<u>72.181</u>

23. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente a taxas de 10,52% ao ano, em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2011</u>
Constituição da provisão para manutenção	177.273	57.625	-	-	234.898
Efeito do valor presente sobre a constituição	(34.377)	(9.748)	-	-	(44.125)
Realização da manutenção	(92.944)	-	(38.039)	-	(130.983)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>17.058</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.569</u>	<u>23.627</u>
	<u>67.010</u>	<u>47.877</u>	<u>(38.039)</u>	<u>6.569</u>	<u>83.417</u>
Circulante	<u>12.838</u>				<u>24.854</u>
Não circulante	<u>54.172</u>				<u>58.563</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>Reestruturação societária (*)</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	234.898	198.814	84.914	-	-	520.688
Efeito do valor presente sobre a constituição	(44.125)	(54.662)	(14.950)	-	-	(113.490)
Realização da manutenção	(130.983)	(76.269)	-	(76.540)	-	(285.854)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>23.627</u>	<u>24.216</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.722</u>	<u>57.318</u>
	<u>83.417</u>	<u>92.099</u>	<u>69.964</u>	<u>(76.540)</u>	<u>9.722</u>	<u>178.662</u>
Circulante	<u>24.854</u>					<u>63.531</u>
Não circulante	<u>58.563</u>					<u>115.131</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b).

24. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2011</u>
Constituição da provisão para obras futuras	21.179		-	21.179
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)		-	(10.011)
Realização da construção	-	(4.339)	-	(4.339)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>5.861</u>	<u>-</u>	<u>1.766</u>	<u>7.627</u>
	<u>17.029</u>	<u>(4.339)</u>	<u>1.766</u>	<u>14.456</u>
Circulante	<u>10.143</u>			<u>12.527</u>
Não circulante	<u>6.886</u>			<u>1.929</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2012</u>
Constituição da provisão para obras futuras	21.179	-	-	21.179
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(4.339)	(3.086)	-	(7.426)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>7.627</u>	<u>-</u>	<u>812</u>	<u>8.439</u>
	<u>14.456</u>	<u>(3.086)</u>	<u>812</u>	<u>12.181</u>
Circulante	<u>12.527</u>			<u>2.141</u>
Não circulante	<u>1.929</u>			<u>10.040</u>

25. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e o saldo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são como segue:

Natureza	31/12/2010	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2011
Cível (a)	15.401	4.286	(7.063)	3.924	16.548
Tributária (b)	525	1.380	(221)	86	1.770
Trabalhista (c)	<u>8.029</u>	<u>4.156</u>	<u>(5.567)</u>	<u>1.774</u>	<u>8.392</u>
	<u>23.955</u>	<u>9.822</u>	<u>(12.851)</u>	<u>5.784</u>	<u>26.710</u>

Natureza	31/12/2011	Reestruturação societária (*)	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2012
Cível (a)	16.548	3.803	1.603	(5.537)	1.310	17.727
Tributária (b)	1.770	-	454	(12)	466	2.678
Trabalhista (c)	<u>8.392</u>	<u>1.700</u>	<u>9.307</u>	<u>(2.490)</u>	<u>1.050</u>	<u>17.959</u>
	<u>26.710</u>	<u>5.503</u>	<u>11.364</u>	<u>(8.039)</u>	<u>2.826</u>	<u>38.364</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b).

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2012, R\$14.904 (R\$9.542 em 31 de dezembro de 2011), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A controlada direta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativo à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. Atualmente, os autos principais da ação civil pública estão aguardando a devolução de carta precatória para citação da Ecovias. Foi estimado R\$19.034 para essa causa e sua probabilidade de perda está avaliada como possível, portanto, sem constituição de provisão, em razão da fase processual e dos argumentos de defesa que serão apresentados nos autos da ação civil pública.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2012, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$6.352 (R\$12.944 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários classificados como possíveis são conforme segue:

- (i) A controlada direta Ecovias possuía um processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. Em julho de 2012 foi dado ganho de causa em processo transitado em julgado sem desembolso para a Ecovias.
- (ii) Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2012, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$13.177 (R\$7.453 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

O principal processo trabalhista da controlada direta Ecocataratas é uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social é de R\$696.715 (R\$391.283 em 31 de dezembro de 2011) e está representado por 696.715 (391.283 em 31 de dezembro de 2011) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Evento societário

Em 30 de março de 2012, por meio de reestruturação societária, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela Companhia, com 305.432 ações. Vide nota explicativa nº 4.b).

b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos referentes ao exercício findo é como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido do exercício	436.431	369.033
Reserva legal (5%)	<u>(21.821)</u>	<u>(18.452)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>414.610</u>	<u>350.581</u>
Proposta da Administração:		
Juros sobre o capital próprio pagos	24.612	28.132
Dividendos intermediários distribuídos	367.744	-
Dividendos propostos	-	63.182
Dividendos adicionais propostos - classificados como constituição para reserva de dividendos	<u>22.254</u>	<u>259.267</u>

e) Participações de acionistas não controladores

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	3.042	6.664
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(5.104)	(8.171)
Participação nos lucros do exercício	<u>5.267</u>	<u>4.549</u>
Saldo final	<u>3.205</u>	<u>3.042</u>

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 3.421.883 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<u>Data</u>	<u>1ª outorga</u> <u>31/08/2010</u>	<u>2ª outorga</u> <u>22/03/2011</u>	<u>3ª outorga</u> <u>25/04/2012</u>
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074
Preço do período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2012, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" de R\$322, (R\$111 em 31 de dezembro de 2011).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>1ª outorga</u>	<u>2ª outorga</u>	<u>3ª outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	(21.942)
Canceladas	<u>(17.553)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.553)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	646.269	1.212.045	-	1.858.314
Outorgadas	-	-	1.524.074	1.524.074
Exercidas	<u>(257.410)</u>	<u>(196.899)</u>	<u>-</u>	<u>(454.309)</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>388.859</u>	<u>1.015.146</u>	<u>1.524.074</u>	<u>2.928.079</u>

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram exercidas 454.309 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$12,42 por ação.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio do período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2013	13,12	855.470	7,36	6.296	11 meses
2014	13,12	855.470	9,07	7.759	23 meses
2015	14,03	684.030	6,15	4.207	35 meses
2016	13,92	<u>381.020</u>	2,79	<u>1.063</u>	47 meses
		<u>2.775.990</u>		<u>19.325</u>	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Primeiro Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado.

- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Segundo Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias em circulação no mercado
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 de ações ordinárias.
- A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 175.688 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de dezembro de 2012, de R\$17,30. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de dezembro de 2012, é de R\$3.039.

27. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Ecovias dos Imigrantes

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter o reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a controlada direta Ecovias, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 08/06 (“TAM”), compensou, até 30 de novembro de 2011, vigência do referido termo, o valor de R\$241.659 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão.

Assim, a partir de 1º de dezembro de 2011, a controlada direta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa.

28. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	673.102	538.242
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	686.638	529.456
Vale-pedágio e pedágio em cupons	-	-	149.947	121.616
Outras	-	-	<u>1.817</u>	<u>1.075</u>
	-	-	1.511.504	1.190.389
Receita de construção	-	-	290.009	192.998
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	<u>123.428</u>	<u>119.284</u>	<u>66.812</u>	<u>76.275</u>
Receita bruta	<u>123.428</u>	<u>119.284</u>	<u>1.868.325</u>	<u>1.459.662</u>
Deduções de receita (PIS, Cofins e ISS) (d)	<u>(14.055)</u>	<u>(15.502)</u>	<u>(148.898)</u>	<u>(86.956)</u>
Receita líquida	<u>109.373</u>	<u>103.782</u>	<u>1.719.427</u>	<u>1.372.706</u>

(a) Refere-se às receitas de prestação de serviços via pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.

(d) A partir de 1º de dezembro de 2011, a controlada direta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa, vide nota explicativa nº 27.

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

<u>Controladora (BR GAAP)</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pessoal	40.696	32.858
Conservação e manutenção	2.022	2.071
Serviços de terceiros	8.018	6.670
Locação e aluguéis de imóveis, veículos e máquinas	1.896	1.709
Depreciações e amortizações	6.867	5.391
Outros custos operacionais	<u>4.512</u>	<u>3.805</u>
	<u>64.011</u>	<u>52.504</u>
Classificados como-		
Custos dos serviços prestados	<u>64.011</u>	<u>52.504</u>

<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pessoal	131.351	96.883
Conservação e manutenção	56.003	49.468
Serviços de terceiros (*)	70.728	49.809
Seguro (vide nota explicativa nº 34)	9.959	8.555
Provisão para manutenção	69.964	55.356
Custos de construção	290.009	192.998
Poder Concedente	38.739	45.644
Depreciações e amortizações	156.015	106.734
Locações de imóveis e máquinas	10.352	8.359
Outros custos e despesas operacionais	<u>41.630</u>	<u>33.559</u>
	<u>874.750</u>	<u>647.365</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	785.703	592.648
Despesas gerais e administrativas	<u>89.047</u>	<u>54.717</u>
	<u>874.750</u>	<u>647.365</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções de R\$22.063, serviços de assessoria e consultoria de R\$18.301, serviços de limpeza e vigilância de R\$7.289 e outros de R\$23.075.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	15.453	20.885	32.435	52.053
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	1.006	338	1.790	3.902
Juros sobre contrato de mútuos e outros receitas financeiras	<u>14.726</u>	<u>27.376</u>	<u>2.169</u>	<u>12.277</u>
	<u>31.185</u>	<u>48.599</u>	<u>36.394</u>	<u>68.232</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(43.908)	(64.392)	(106.457)	(135.285)
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	(23.487)	(24.514)
Variação monetária sobre debêntures	(20.575)	(9.802)	(60.217)	(49.918)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	(9.813)	(9.548)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(4.394)	(2.134)	(6.687)	(4.419)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(10.534)	(8.333)
Outras despesas financeiras	<u>(2.138)</u>	<u>(61)</u>	<u>(6.852)</u>	<u>(5.761)</u>
	<u>(71.015)</u>	<u>(76.389)</u>	<u>(224.047)</u>	<u>(237.778)</u>
Resultado financeiro	<u>(39.830)</u>	<u>(27.790)</u>	<u>(187.653)</u>	<u>(169.546)</u>

31. LUCRO POR AÇÃO - CONTROLADORA (BR GAAP) E CONSOLIDADO
(IFRS E BR GAAP)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,63</u>	<u>0,94</u>

a) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>436.431</u>	<u>369.033</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	<u>696.715</u>	<u>391.283</u>

32. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a PLR foi de R\$3.144 (R\$3.164 em 31 de dezembro de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

33. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
- CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e credor pela concessão, detalhados nas notas explicativas nº 17, nº 18, nº 19 e nº 22, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações de acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 26.e).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas não apresentavam saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 80,0% e 106,6% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ao ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e credor pela concessão: são classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 17, nº 18, nº 19 e nº 22.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dívida (a)	797.535	440.128	1.750.063	1.448.291
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(8.306)</u>	<u>(268.131)</u>	<u>(146.698)</u>	<u>(499.250)</u>
Dívida líquida	789.229	171.997	1.603.365	949.041
Patrimônio líquido (b)	776.115	857.341	779.320	860.383
Índice de endividamento líquido	<u>1,02</u>	<u>0,20</u>	<u>2,06</u>	<u>1,10</u>

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 17, nº 18 e nº 19.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo</u>	
		<u>contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	24.267	24.267
Clientes e clientes partes relacionadas (i)	Empréstimos e recebíveis	93.859	93.859
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	122.431	122.431
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	45.159	45.159
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	306.226	302.394
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	248	248
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	1.443.589	2.181.740
Credor pela concessão (iv)	Outros passivos financeiros	68.479	81.988

- (i) O saldo das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.

- (iii) Calculado por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BM&FBOVESPA do dia 28 de dezembro de 2012, com base nas parcelas a vencer.
- (iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Credor pela concessão”.

As referidas taxas e PUs utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br e www.pentagonotruster.com.br.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$72.055 (R\$55.167 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora direta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
	efetiva - % a.a.				
BNDDES	TJLP + 2,45% a.a.	19.206	20.264	20.803	78.131
Capital de giro	111,6% do CDI	158.259	-	-	-
Capital de giro	CDI + 2,032% a.a.	13.556	12.721	-	-
Arrendamento mercantil financeiro	15,35% a.a.	192	-	-	-
Credor pela concessão	IGP-M	18.158	13.452	12.285	24.584
Debêntures	104 % do CDI	35.603	-	-	-
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	19.040	19.172	23.050	293.563
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	112.896	106.980	-	-
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	46.441	50.558	56.866	745.078
Debêntures	IPCA + 5,25% a.a.	43.915	46.718	48.702	1.159.825

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre a 1ª série das debêntures - Ecovias	Alta do CDI	1.853	2.213	2.569
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - Ecovias	Alta do IGP-M	31.931	34.568	35.556
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias	Alta do CDI	19.040	22.376	25.681
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas	Alta do IPCA	1.594	1.687	1.781
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	14.267	17.383	20.946
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	8.764	9.857	10.937
Credor pela concessão	Alta do IGP-M	3.430	4.291	5.145

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	7,30%	9,13%	10,95 %
IGP-M (b)	5,90%	7,40%	9,00%
IPCA (c)	5,40%	6,80%	8,20%
TJLP (d)	5,50%	6,90%	8,30%

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.

(c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.

(d) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

34. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	R\$639 milhões
Equipamentos	R\$1,9 milhões
“All Risk” - responsabilidade civil	R\$1.645 milhões
“All Risk” - patrimoniais e danos materiais	R\$7.154 milhões
Seguro - sede	R\$5 milhões
“All Risk” - perda de receita	R\$1.651 milhões
Veículos	Tabela FIPE
“All Risk” - risco de engenharia	R\$268 milhões

35. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- (i) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.
- (ii) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.
- (iii) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita de construção	28.744	23.632
Custos de construção	(28.744)	(23.632)
	=====	=====

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia Caminho do Mar não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita de construção	75.956	73.343
Custos de construção	<u>(75.956)</u>	<u>(73.343)</u>
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecovias dos Imigrantes estão estimados em R\$412.258 (R\$450.163 em 31 de dezembro de 2011).

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes, que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.

- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita de construção	113.633	64.478
Custos de construção	(113.633)	(64.478)
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecopistas estão estimados em R\$213.813 (R\$329.633 em 31 de dezembro de 2011).

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita de construção	29.545	31.546
Custos de construção	(29.545)	(31.546)
	<u> -</u>	<u> -</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R\$68.137 (R\$70.475 em 31 de dezembro de 2011).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação a, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o fim do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pelo Grupo EcoRodovias, com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2012, a parcela reajustada é de R\$216.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/12/2012</u>
Receita de construção	42.131
Custos de construção	<u>(42.131)</u>
	<u> =</u>

De acordo com o contrato de concessão, a Ecocataratas não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Conforme a nota explicativa nº 4.b), em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela Companhia.

36. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e suas controladas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$1.101 (R\$747 em 31 de dezembro de 2011), registrado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

37. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA CAMINHO DO MAR E ECOCATARATAS

As controladas Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

Tanto a Ecovia quanto a Ecocataratas buscam por meio de ações judiciais terem reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecido, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da nova administração estadual, as concessionárias estão atualmente em processo de revisão contratual. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, na sua maioria já deferidos.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

38. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e de suas controladas.

39. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se à aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 13 e nº 14 e operação de reestruturação societária, vide nota explicativa nº 4.b).

40. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os principais saldos das controladas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são conforme segue:

	31.12.2012								
	Companhia	Ecopistas	Ecocataratas (*)	Ecovias	Ecosul	Ecovia	Subtotal	Eliminações	Consolidado
<u>Ativo</u>									
Circulante	273.214	43.279	19.345	114.303	12.940	13.691	476.772	(251.659)	225.113
Não circulante	<u>1.321.041</u>	<u>887.722</u>	<u>476.782</u>	<u>1.022.520</u>	<u>130.642</u>	<u>154.524</u>	<u>3.993.231</u>	<u>(1.215.800)</u>	<u>2.777.431</u>
Total	<u>1.594.255</u>	<u>931.001</u>	<u>496.127</u>	<u>1.136.823</u>	<u>143.582</u>	<u>168.215</u>	<u>4.470.003</u>	<u>(1.467.459)</u>	<u>3.002.544</u>
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>									
Circulante	22.879	159.398	96.386	360.208	89.021	128.877	824.769	(231.990)	592.779
Não circulante	790.788	537.049	101.991	205.520	23.495	12.921	1.671.764	(45.694)	1.626.070
Patrimônio líquido	<u>780.588</u>	<u>234.554</u>	<u>329.750</u>	<u>571.095</u>	<u>31.066</u>	<u>26.417</u>	<u>1.973.470</u>	<u>(1.189.775)</u>	<u>783.695</u>
Total	<u>1.594.255</u>	<u>931.001</u>	<u>496.127</u>	<u>1.136.823</u>	<u>143.582</u>	<u>168.215</u>	<u>4.470.003</u>	<u>(1.467.459)</u>	<u>3.002.544</u>
<u>Demonstração do resultado</u>									
Receita líquida	109.373	313.864	250.190	822.919	165.103	208.290	1.869.739	(156.511)	1.713.228
Lucro bruto	45.370	126.546	98.755	505.353	96.490	120.798	993.312	(56.699)	936.613
Lucro operacional	<u>441.673</u>	<u>42.824</u>	<u>60.026</u>	<u>396.419</u>	<u>78.082</u>	<u>95.226</u>	<u>1.114.250</u>	<u>(450.933)</u>	<u>663.317</u>
Lucro do exercício	<u>440.904</u>	<u>28.258</u>	<u>40.718</u>	<u>268.935</u>	<u>51.688</u>	<u>63.301</u>	<u>893.804</u>	<u>(447.731)</u>	<u>446.073</u>

31.12.2011

	<u>Companhia</u>	<u>Ecopistas</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecosul</u>	<u>Ecovia</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Ativo</u>								
Circulante	481.314	123.681	112.951	21.088	12.880	751.914	(203.347)	548.567
Não circulante	<u>960.485</u>	<u>785.047</u>	<u>1.011.342</u>	<u>111.906</u>	<u>134.327</u>	<u>3.033.107</u>	<u>(787.529)</u>	<u>2.215.578</u>
Total	<u>1.441.799</u>	<u>908.728</u>	<u>1.124.293</u>	<u>132.994</u>	<u>147.207</u>	<u>3.755.021</u>	<u>(990.876)</u>	<u>2.764.145</u>
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>								
Circulante	335.912	103.965	408.240	64.661	102.794	1.015.572	(214.376)	801.196
Não circulante	248.546	591.818	343.570	37.917	15.717	1.237.568	(135.002)	1.102.566
Patrimônio líquido	<u>857.341</u>	<u>212.945</u>	<u>372.483</u>	<u>30.416</u>	<u>28.696</u>	<u>1.501.881</u>	<u>(641.498)</u>	<u>860.383</u>
Total	<u>1.441.799</u>	<u>908.728</u>	<u>1.124.293</u>	<u>132.994</u>	<u>147.207</u>	<u>3.755.021</u>	<u>(990.876)</u>	<u>2.764.145</u>
<u>Demonstração do resultado:</u>								
Receita líquida	103.782	250.252	771.772	156.305	179.283	1.461.394	(88.688)	1.372.706
Lucro bruto	51.278	113.844	464.345	83.745	101.725	814.937	(34.879)	780.058
Lucro operacional	<u>376.598</u>	<u>31.151</u>	<u>356.477</u>	<u>68.694</u>	<u>80.265</u>	<u>913.185</u>	<u>(357.659)</u>	<u>555.526</u>
Lucro do exercício	<u>369.033</u>	<u>20.548</u>	<u>242.718</u>	<u>45.494</u>	<u>53.447</u>	<u>731.240</u>	<u>(357.658)</u>	<u>373.582</u>

(*) A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi incorporada pela Companhia em 30 de março de 2012.

41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foram aprovadas para emissão pela Diretoria e para envio ao Conselho de Administração em 4 de março de 2013.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Senhores Acionistas

A Administração da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seu acionista o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

Em 2012, registramos a passagem de mais de 207,3 milhões de veículos equivalentes pagantes em nossas 5 concessionárias. Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

Em 2012, a EcoRodovias Concessões e Serviços agiu de maneira eficiente, com a implementação de melhorias em suas operações, priorizando o controle de seus custos e a adequada gestão de seu caixa, garantindo assim o seu compromisso na manutenção dos seus indicadores de desempenho operacionais e econômico-financeiros, dentro do atual cenário econômico global.

Conscientes da vocação do grupo para a prestação de serviços e de suas responsabilidades sociais e ambientais, a EcoRodovias Concessões e Serviços entra no ano de 2013 com eficiência econômico-financeira, geração de caixa consistente, comprometida com o crescimento sustentável e no retorno aos seus acionistas.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA



PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Estas práticas são apresentadas na nota nº 2 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia é a sub-holding controladora dos negócios de concessão rodoviária do Grupo EcoRodovias (Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul), além da prestação de serviços administrativos, de engenharia e tecnologia de informação para as empresas do Grupo EcoRodovias.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia por meio de suas concessionárias (Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul) administra rodovias nos principais corredores de importação e exportação brasileiro, detendo concessões com extensão total de 1.459,3 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo, Paraná e também no Rio Grande do Sul, por onde passaram mais de 207,3 milhões de veículos equivalentes em 2012.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Concessões Rodoviárias - Tráfego

O tráfego consolidado atingiu a marca de 207,3 milhões de veículos equivalentes pagantes em 2012.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A Receita Bruta consolidada atingiu R\$ 1.868,3 milhões em 2012 representando um aumento de 28,0% em relação a 2011 (R\$1.459,7 milhões). Além do crescimento de tráfego, parte desse aumento, explica-se pela reestruturação societária que o Grupo EcoRodovias promoveu no ano de 2012, onde a partir de 01 de março de 2012 a EcoRodovias Concessões e Serviços passou a ser a controladora da Rodovia das Cataratas S.A.- Ecocataratas.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2012	2011	Var.
Receita de pedágio	1.511,5	1.190,4	27,0%
Receita de construção	290,0	193,0	50,3%
Receita serviços	10,5	30,6	-65,7%
Receita acessória	56,3	45,7	23,2%
Total	1.868,3	1.459,7	28,0%

Concessões Rodoviárias

- **Receita de Pedágio:** em 2012 a receita com arrecadação de pedágio atingiu R\$1.511,5 milhões. A receita com arrecadação de pedágios representou 80,9% da receita bruta consolidada da companhia.

- **Receitas Acessórias:** são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões.

- **Receita de Construção:** conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, no valor de R\$ 290 milhões, foram considerados como receita de construção a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida consolidada atingiu R\$ 1.719,4 milhões em 2012 e R\$1.372,7 milhões em 2011, sendo que as deduções sobre a receita bruta atingiram R\$ 148,9 milhões em 2012 e R\$87 milhões em 2011.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2012, os custos e despesas consolidados atingiram R\$ 874,7 milhões e R\$647,4 milhões em 2011, representando 50,9% da receita líquida. Segue abaixo tabela demonstrando a composição dos custos operacionais e despesas administrativas para 2012 e 2011.

Custos operacionais e despesas administrativas			
(em milhões de R\$)	2012	2011	Var.
Pessoal	131,4	96,9	35,6%
Conservação e manutenção	56,0	49,5	13,1%
Serviços de terceiros	70,7	49,8	42,0%
Poder concedente, seguros e locações	59,1	62,6	-5,6%
Depreciação e amortização	156,0	106,7	46,2%
Provisão para Manutenção	70,0	55,4	26,4%
Custo com construção de obras	290,0	193,0	50,3%
Outros	41,5	33,5	23,9%
TOTAL	874,7	647,4	35,1%

EBITDA e MARGEM EBITDA

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS em 2012, o EBITDA totalizou R\$1.000,8 milhões, um crescimento de 20,3% em relação aos R\$ 832,1 milhões obtidos em 2011.

A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS atingiu 58,2% em 2012, uma redução de 2,4 ponto percentual em relação 2011.

O EBITDA Ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, totalizou R\$ 1.070,8 milhões, um crescimento de 20,7% em relação aos R\$ 887,5 milhões obtidos em 2011. A Margem EBITDA Ajustada foi de 74,9%, apresentando uma queda de 0,3 ponto percentual

(em milhões de R\$)	2012	2011	Var.
Lucro líquido	436,4	369,0	18,3%
Imposto de renda e contribuição social	215,1	181,9	18,3%
Resultado financeiro	187,7	169,7	10,6%
Depreciação e amortização	156,0	106,7	46,2%
Participação de minoritários	5,3	4,5	17,8%
Amortização de investimentos	0,3	0,3	0,0%
EBITDA	1.000,8	832,1	20,3%
Margem EBITDA	58,2%	60,6%	-2,4 p.p.

EBITDA Ajustado sem IFRS			
(em milhões de R\$)	2012	2011	Var.
EBITDA IFRS	1.000,8	832,1	20,3%
Receita de construção	(290,0)	(193,0)	50,3%
Custos de construção	290,0	193,0	50,3%
Provisão para manutenção	70,0	55,4	26,4%
EBITDA Ajustada	1.070,8	887,5	20,7%
Margem EBITDA Ajustada	74,9%	75,2%	-0,3 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2012 representou uma despesa de R\$ 187,6 milhões e R\$169,6 milhões em 2011. As principais variações são relativas aos juros sobre debêntures e financiamentos.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2012, o lucro líquido atingiu R\$ 436,4 milhões representando margem líquida de 25,4%.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A Companhia encerrou dezembro de 2012 com saldo de caixa e equivalentes a caixa e títulos e valores mobiliários (sendo essas últimas aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures) no valor total de R\$ 146,7 milhões. A dívida bruta da Companhia nessa mesma data atingiu o valor de R\$ 1.750,1 milhões.

A composição da dívida bruta e dívida líquida está apresentada abaixo:

Endividamento (em milhares de R\$)	31/12/2012	31/12/2011	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures- Ecorodovias Concessões e Serviços	-	440,1	-100,0%	100,0% CDI+1,5% a.a./8,75% a.a.	nov/2015
Debêntures- Ecorodovias Concessões e Serviços	797,6	-	100,0%	IPCA + 5,0% a.a. / IPCA 5,35% a.a. / CDI + 0,79% a.a.	out/2022
Debêntures- Ecovias	226,3	335,9	-32,6%	104,0% CDI/ 9,5% a.a.	nov/2014
Debêntures-Ecopistas	419,7	412,3	1,8%	IPCA+8,25%	jan/2023
BNDES - Ecopistas	114,6	96,8	18,4%	taxa TJLP+2,45% a.a.	jun/2023
CCB- Ecovia	-	6,1	-100,0%	107,7% CDI	maio/2012
CCB- Ecovia	35,3	35,5	-0,6%	110,20% CDI	nov/2013
CCB- Ecovia	44,3	44,5	-0,4%	109% do CDI	out/2013
CCB- Ecovia	26,1	-	100,0%	112,50% do CDI	dez/2013
CCB- Ecosul	26,5	39,6	-33,1%	CDI+2,032% a.a.	out/2014
CCB- Ecosul	36,3	36,4	-0,3%	109% do CDI	out/2014
CCB- Ecosul	22,1	-	100,0%	112,50% do CDI	dez/2013
Leasing- Ecovias	-	0,2	-100%	1,45% a.m.	set/2012
Leasing- Ecovias	0,1	0,6	-83,3%	1,34% a.m.	mar/2013
Leasing- Ecovias	0,1	0,3	-66,7%	1,20% a.m.	mar/2013
Finame- Cataratas	1,0	-	100,0%	TJLP + 2,83%	maio/2013
Leasing- Cataratas	0,1	-	100,0%	#NOME?	mar/2013
Dívida Total	1.750,1	1.448,3	20,8%		
Caixa e equivalentes de caixa	68,1	431,9	-84,2%		
Aplicação financeira vinculada	78,6	67,3	16,8%		
Dívida Líquida	1.603,4	949,1	68,9%		

INVESTIMENTOS

Os investimentos consolidados realizados na Companhia, em 2012 somaram de R\$ 325,8 milhões, e estão assim divididos:

CAPEX (em milhões de R\$)	2012			2011		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Concessões Rodoviárias						
Ecovias dos Imigrantes	91,1	55,0	146,1	75,2	34,6	109,8
Ecopistas	118,0	-	118,0	67,5	-	67,5
Ecovia Caminho do Mar	31,2	3,5	34,7	28,3	-	28,3
Ecocataratas	40,2	19,0	59,2	-	-	-
Ecosul - Rodovias do Sul	32,1	0,8	32,9	33,1	4,1	37,2
EcoRodovias Conc. e Serviços	13,2	-	13,2	17,1	-	17,1
CONSOLIDADO	325,8	78,3	404,1	221,2	38,7	259,9

DIVIDENDOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento de R\$798,8 milhões em dividendos, sendo que R\$431,1 milhões referem ao exercício de 2011 e R\$367,7 milhões de dividendos intermediários de 2012. A Companhia também efetuou o pagamento de R\$24,6 milhões de juros sobre o capital próprio.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Grupo EcoRodovias se compromete, ao adotar as melhores práticas de governança corporativa, com a eficiência e a transparência de sua gestão e o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que o objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2012, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência na gestão de pessoas. Pela quarta vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Você S.A./FIA e, pelo segundo ano consecutivo, no ranking das 130 Melhores Empresas para Trabalhar definido pela Revista Época/Great Place to Work. A área de Recursos Humanos prioriza programas que visam o bem-estar dos colaboradores, com destaque para o Programa de Formação de Líderes, que busca o desenvolvimento de competências dos colaboradores.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Por meio de práticas e conceitos pré-definidos na Política de Responsabilidade Social, aprovada pelo Conselho de Administração, a EcoRodovias adota iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

Dentre os programas de responsabilidade socioambiental do grupo, destaca-se o Ecoviver, programa que busca, de forma multidisciplinar, conscientizar crianças e jovens das escolas públicas dos municípios no entorno das rodovias administradas pelo grupo da necessidade de se dar uma destinação correta aos resíduos. Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 227 mil crianças em 25 cidades nos estados de atuação da EcoRodovias.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2012: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs; revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Os honorários relativos a esses trabalhos são

de R\$41 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

As informações no Relatório da Administração de 2012 sobre EBITDA, tráfego total de veículos e tráfego total de eixos equivalentes EBIT, margem EBITDA, Capex, número de veículos pagantes e margem EBIT não foram auditadas pelos auditores independentes.



Declaração dos diretores

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente

Federico Botto

Diretor Vice-Presidente Executivo

Marcello Guidotti

Diretor de Finanças e de Relação com Investidores

Luiz Cesar Lindgren Costa

Diretor de Desenvolvimento de Negócios